

# UMA AGENDA CRÍTICA PARA OS ESTUDOS DA CRIANÇA

**Manuel Jacinto Sarmiento**  
Universidade do Minho – Braga, Portugal

## Resumo

Os estudos da criança encontram-se em pleno processo de constituição e institucionalização, no mundo inteiro. A rutura que estabelecem com os saberes tradicionais (especialmente a psicologia do desenvolvimento) sobre as crianças e a infância reside na posição epistemológica de centrar os estudos na criança “a partir de si própria”, recusando as orientações adultocêntricas. Enquanto programa científico com forte natureza multidisciplinar, os estudos da criança propõem a construção de plataformas de diálogo entre disciplinas, mas são atravessados pelos debates paradigmáticos que ocorrem no campo científico. Deste modo, são percecionáveis orientações teóricas e metodológicas bem distintas, ancoradas nas respetivas orientações paradigmáticas. É nesse quadro que uma orientação paradigmática crítica tem sobressaído nos estudos da criança – a partir dos contributos, sobretudo, da sociologia da infância – em Portugal e no Brasil. Focada nas dimensões éticas e políticas da emancipação da infância, orientada especialmente para as crianças pobres, a abordagem crítica nos estudos da criança estrutura uma agenda onde a emancipação social se constitui como objetivo maior.

**Palavras-chave:** Infância. Estudos da Criança. Paradigma Crítico.

## Abstract

The child studies (children studies or childhood studies) are in the process of establishment and institutionalization worldwide. The rupture established with traditional knowledge on children and childhood (especially developmental psychology) is founded on the epistemological position of focus studies in children "from itself", refusing the adultcentrism. While scientific program with a strong multidisciplinary nature, the child studies proposes the construction of platforms for dialogue between disciplines, but are crossed by paradigmatic debates, that occur in the scientific field. Thus, there are very different theoretical and methodological guidelines, anchored in the respective paradigmatic orientations. A critical paradigm has excelled in child studies - from contributions, in particular, the sociology of childhood - in Portugal and Brazil. Focused on the ethical dimensions and childhood emancipation policies, geared especially for poor children, the critical orientation on child studies structure an agenda which social emancipation is constituted as a major objective.

**Keywords:** Childhood. Childhood Studies. Critical Paradigm.

## Introdução

O conhecimento científico sobre a criança tem tido progressos significativos nos últimos anos.

Talvez a percepção disso mesmo não seja visível para todos os que intervêm nos mundos sociais e culturais das crianças. Aí, porventura, o que de mais característico ocorreu recentemente foi a profunda invasão da indústria cultural na construção dos referenciais da ação quotidiana. Os livros de auto-ajuda, os cursos oferecidos aos profissionais (a altos preços, com frequência) tendo por preletores os gurus de ocasião, os guias para a prática, as publicações periódicas comerciais, os dossiês, portfólios, apostilas, manuais, programas de formação ao domicílio, etc., constituem uma parafernália que invadiu o mundo profissional de professores, assistentes sociais, médicos e enfermeiros pediátricos e de todos quantos vivem o seu quotidiano de trabalho na relação com as crianças. De igual modo, pais e mães são também destinatários desta literatura e destes processos formativos oriundos do mercado. Quase sempre, esta contaminação discursiva dos mundos de vida das crianças confunde, perturba e desorienta mais do que esclarece. E, sobretudo, constitui um importante fator de colonização do pensamento por modelos estruturados e ideias fechadas, difusores da visão de uma “criança universal” inevitavelmente marcada pela matriz da classe e da cultura hegemónicas, raramente incentivando o pensamento crítico e disponibilizando apoios para uma ação socialmente contextualizada e eticamente comprometida com o bem-estar social e os direitos da criança. O capitalismo editorial e académico campeia nos terrenos da ação junto das crianças.

E, no entanto, o conhecimento científico sobre as crianças e a infância tem vindo, de facto, a desenvolver-se. O sentido desse desenvolvimento decorre da crítica ao conhecimento institucionalizado tradicional que a ciência moderna erigiu sobre as crianças e a infância. Esse conhecimento assenta numa tripla falácia: a visão de uma criança universal, que percorre as mesmas etapas de desenvolvimento e que cresce e se assume como sujeito independentemente do contexto social e cultural em que nasce; a referência ao contexto cultural europeu e norte-americano como espaço balizador dessa pretensa universalidade da criança; a postulação da ideia de que a infância não tem identidade autónoma, mas é a idade “natural” das crianças enquanto seres em transição para a idade adulta, sendo, deste modo, as crianças consideradas como seres em transição (“*becoming*”) e não seres sociais autónomas e completos (“*being*”). A rutura estabelecida configurou, no final do século passado, um conjunto de novas disciplinas científicas centradas na infância – a nova sociologia da infância, a antropologia da infância, a geografia da infância – a par do desenvolvimento de novos avanços nas “velhas” disciplinas – crítica interna à psicologia do desenvolvimento, incremento das neurociências, emergência de novas perspetivas nas ciências da educação, designadamente a pedagogia da infância – mas, já neste século, orientou-se para a constituição do campo multidisciplinar dos estudos da criança. Este campo rapidamente se institucionalizou. Sendo um novo campo científico poderá pensar-se que ele é homogéneo e internamente coerente. Essa ilusão, porventura, é reforçada pela

natureza programática e pela forma algo panegírica com que emerge no campo científico (ver a este título, por exemplo, a obra de divulgação de James e James, 2008). Mas, na verdade, ele é, como sempre ocorre nas ciências sociais e humanas, atravessado por contradições e dissensos teóricos e metodológicos.

As perspectivas críticas incidem na desconstrução teórica dos processos de dominação social, paternalista, patriarcal e adultocêntrica. Considerando a produção científica realizada no espaço comum de língua portuguesa, pelo diálogo entretido por pesquisadores e pesquisadoras portugueses e brasileiros, as perspectivas críticas têm tido aqui um especial desenvolvimento. É tempo de se fazer um balanço, de traçar fronteiras e de avaliar adquiridos. E, nesse entretém, agendar caminhos para um conhecimento socialmente implicado, no âmbito de uma abordagem crítica em estudos da criança.

## **O campo multidisciplinar dos estudos da criança**

Os estudos da criança constituem um campo multidisciplinar de estudos que tem vindo a ganhar um crescente desenvolvimento em todo o mundo, com destaque para os países de expressão inglesa. À semelhança de outros campos interdisciplinares – tais como os estudos de género, os estudos pós-coloniais ou os estudos culturais, no domínio das ciências humanas, ou os estudos da terra, as nanotecnologias ou as neurociências, no domínio dos estudos das ciências “duras”, ou ainda, os estudos ambientais, que se situam no interface dos dois domínios – o que define o campo dos estudos da criança não é a existência de uma teoria única e própria, a definição de uma autonomia epistemológica face aos saberes disciplinares, ou sequer uma metodologia exclusiva. O que define a natureza do campo multidisciplinar dos estudos da criança é a mobilização de saberes de diferentes proveniências disciplinares em torno de um objeto próprio: a criança e a infância.

No mundo anglo-saxónico, a constituição do campo indicia algumas indecisões sobre qual o seu objeto próprio: ou a criança, como ser biopsicossocial, ou a infância, como categoria social de tipo geracional. Daí podermos encontrar distintas designações para o campo: ora Children Studies, ora Childhood Studies, com a variação, neste último caso, ainda, de Social Childhood Studies. No espaço de língua portuguesa, temos vindo a adotar a designação de “estudos da criança”, cobrindo também, não obstante, o conteúdo semântico da infância e dos estudos sociais da infância. Em todo o caso, a defesa de uma abordagem multidisciplinar no estudo das crianças e da infância e a recusa de um centramento exclusivo na abordagem das disciplinas “tradicionais” (a Psicologia, as Ciências Médias, a Pedagogia, ou mesmo a Sociologia) constitui um programa epistemológico científico em plena fase de institucionalização em todo o mundo.

Os aspetos fundamentais que permitem delimitar o campo e considerar como estando em curso a sua institucionalização, são os seguintes:

- i) A definição de um campo de estudos multidisciplinar, construído em torno de um objeto científico próprio: a criança e a infância. O desenvolvimento dos estudos sobre a

categoria social infância e sobre as crianças ocorreu de modo exponencial, nas últimas décadas, pondo em diálogo cientistas sociais de diferentes proveniências disciplinares e mobilizando saberes orientados para o estudo da infância. Assim, são resgatados e reinterpretados estudos clássicos sobre a infância – a título de exemplo, obras como as de Margaret Mead (1970), de Florestan Fernandes (2004) ou de Philippe Ariès (1973) constituem atualmente referência permanente dos estudos da criança, mas perspetivados, para além dos domínios disciplinares da antropologia, da sociologia e da história, de onde provêm.

ii) A delimitação conceptual da infância como categoria social e das crianças como atores sociais concretos. Esta definição iniciou-se ainda nos oitenta, com a defesa feita de realizar o estudo da infância “a partir de si própria” (QVORTRUP, 1991), desenvolveu-se progressivamente através da introdução de novas abordagens no campo da sociologia, designadamente a chamada nova sociologia da infância (e.g. JAMES, JENKS e PROUT, 1998) e da crítica, interna e externa, à psicologia do desenvolvimento (e.g. BURMAN, 1994), e encontra-se hoje perfeitamente consolidada nos planos epistemológico, teórico e metodológico (cf. WYNESS, 2014).

iii) A produção de teorias, quadros conceptuais e *frames* interpretativos distintos. Como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento dos estudos da criança tem promovido a emergência de uma multiplicidade de abordagens, com a formulação de quadros interpretativos próprios. A título de exemplo, a abordagem de um tema como a “cultura infantil” tem revelado a pertinência das abordagens interdisciplinares, a partir de contributos originariamente gerados na antropologia, na sociologia, nas ciências da comunicação e nas ciências da educação (e.g. ARLEO e DELALANDE, 2010; DORNELLES, 2006).

iv) A definição de procedimentos analíticos e de metodologias investigativas privilegiadas, reorientadas pela natureza do objeto-sujeito de conhecimento, as crianças e a infância, estando entre os mais salientes a etnografia com crianças, as metodologias participativas e os métodos visuais. Apesar da sustentação comum da inespecificidade das metodologias de investigação com crianças e a defesa da “simetria ética” (CHRISTENSEN e PROUT, 2002) na pesquisa com crianças e adultos, a aplicação dos procedimentos metodológicos a atores sociais muito jovens tem implicado um contínuo desenvolvimento de estudos sobre a natureza própria da ética de investigação com crianças (ALDERSON, 2013) e da adoção dos recursos e técnicas de pesquisa (eg. GRAUE e WALSH, 2003; CHRISTENSEN e JAMES, 2006).

v) A constituição de dispositivos institucionais de encontro e intercâmbio entre pesquisadores e a publicação de obras coletivas tem sido contínua e permanente, sendo de destacar, neste particular, a edição de obras sobre o próprio campo, as quais constituem um importante acesso aos principais resultados da produção nesta área do saber (QVORTRUP, CORSARO e HONNIG, 2009; SARMENTO e GOUVEA, 2008), bem como as redes internacionais constituídas para o desenvolvimento da pesquisa (e.g. ENMCR – European Network of Masters on Children’s Rights ou o Childwatch).

Importante também referir a existência de revistas científicas internacionais centradas nos estudos da criança (e.g. CHILDHOOD e GLOBAL STUDIES ON CHILDHOOD).

vi) A constituição de centros de pesquisa, departamentos universitários, programas de formação avançada em estudos da criança em todo o mundo<sup>1</sup>, constituindo-se este campo como espaço próprio de produção e transmissão de saberes de nível avançado.

Apesar de ser relativamente recente, o campo multidisciplinar dos estudos da criança promoveu já importantes avanços na pesquisa com crianças, no conhecimento dos seus mundos sociais e culturais e na produção da reflexividade institucional sobre a infância, isto é, no processo social de constituição de um pensamento teoricamente informado regulador das práticas institucionais e na intervenção social com crianças.

Em jeito de balanço breve, podemos resumir vários contributos teóricos dos estudos da criança.

O primeiro contributo é o do rompimento com a visão fragmentada da criança, própria de um conhecimento disciplinar que positiva o seu próprio campo de visão e promove o seu próprio objeto particular a figura totalizante: o aluno, no caso da pedagogia; o paciente pediátrico, no caso das ciências da saúde; o ser biopsíquico em desenvolvimento, no caso da psicologia, o “menor” no caso das ciências jurídicas; o “pequeno beneficiário” das ciências de serviço social; o destinatário do processo de socialização, no caso da sociologia; e esse ser invisível e ausente de tantas outras ciências e áreas de conhecimento. A construção de um campo multidisciplinar implica a rutura com as barreiras que diferenciam as disciplinas; este é um trabalho epistemológico, que se guia pela preocupação em encontrar linhas de afinidade entre saberes tradicionalmente distintos. Mas é também a condição da superação de dualismos que, tradicionalmente instituídos na demarcação dos campos científicos, designadamente nas relações entre ciências ditas humanas e sociais e ciências ditas naturais, têm expressão teórica em constructos que habitualmente se apresentam sob forma dicotómica: cultura *versus* natureza; espírito *versus* corpo; condição estrutural *versus* ação das crianças; ambiente *versus* genética; coletivo *versus* indivíduo. A superação dos dualismos tradicionais, fundantes de saberes disciplinares tradicionais (por exemplo, as ciências da saúde ocupam-se do corpo infantil e a psicologia ocupa-se do desenvolvimento mental e psicológico) e instituída no interior mesmo de cada disciplina, inscreve-se na contemporaneidade do trabalho teórico dos estudos da criança (cf PROUT, 2005).

Mas outros contributos se afiguram como relevantes. A promoção do estudo das crianças a partir das suas próprias práticas, culturas e ações, resgata-as do olhar pousado nos eixos, frequentemente maiusculizados, onde elas são colocadas como referentes secundários, a partir do papel que lhes é outorgado pelos atores adultos encarregues de, junto delas, promover a Educação, ou o Desenvolvimento, ou a Inserção Social, etc. O corte com as visões adultocêntricas da infância é o correlato deste processo de assumir determinadamente as crianças e a infância como objeto de conhecimento. Objeto que é

também sujeito, daí que os estudos da criança tenham promovido – e este é outro dos seus contributos – um importante desenvolvimento no apuramento das metodologias de pesquisa junto das e com as crianças.

Em consequência e ligação direta com o seu trabalho teórico e metodológico, os estudos da criança têm permitido, no plano da intervenção concreta, desenvolver e fundamentar ações integradas para a infância, com importantes consequências no âmbito das metodologias de intervenção, no trabalho especializado em contextos de vida das crianças e na construção das políticas públicas. Veja-se a este nível os importantes contributos dos estudos da criança em domínios como os da luta contra a pobreza, a intervenção junto de crianças institucionalizadas ou a promoção de políticas urbanas centradas nos direitos das crianças (e.g. TISDALL et al. 2006).

Os contributos teóricos, metodológicos e políticos dos estudos da criança realizaram-se através da proclamação de ruturas contra a ciência que predominantemente se ocupou das crianças até à última década do século XX, especialmente a psicologia do desenvolvimento piagetiana e a sociologia da socialização. Ainda que essa rutura tenha sido incompleta e imperfeita, assumindo com frequência uma dimensão excessivamente retórica, ela foi proclamada como sendo uma mudança paradigmática (JAMES, JENKS, e PROUT, 1998). A natureza mudança pode ser sintetizada em torno de três vetores:

- i. A passagem da condição da criança como objeto científico para a criança como sujeito de conhecimento e ação e, deste modo, participante ativo na vida social e na própria pesquisa;
- ii. O deslocamento do foco da ação adulta junto a criança (ação socializadora, promotora do desenvolvimento, educativa...) para a ação concreta da criança, no quadro das suas interações com crianças e com adultos;
- iii. A mudança do saber disciplinar como base de conhecimento sobre a criança para a conceção de que uma visão não fragmentária da criança e da infância exige um trabalho teórico interdisciplinar, que não dispensa as disciplinas mas alarga as suas fronteiras e estabelece ao diálogo ente elas.

Aqui chegados, importa registar que, ali onde a hegemonia das disciplinas tradicionais que se debruçam sobre a infância no campo académico e na reflexividade institucional é mais forte, é mais difícil construir o campo multidisciplinar dos Estudos da Criança. Talvez seja por isso que a constituição de centros de pesquisa e de departamentos académicos em estudos da criança seja tão lenta em Portugal e no Brasil e esteja, contrariamente a outras regiões do mundo, tão pouco consolidada<sup>2</sup>. Não obstante, os estudos da criança têm já uma presença importante nestes dois países de língua oficial portuguesa e é possível mesmo falar-se num contributo específico na constituição internacional do campo de estudos. Veremos isso já de seguida.

Entretanto, importa sublinhar que o campo multidisciplinar se estrutura em torno de conceções afins – especialmente a rutura com o adultocentrismo e a defesa da natureza

interdisciplinar da construção do conhecimento – mas desde logo se estabelece em torno da pluralidade paradigmática, a qual é, aliás, comum às ciências sociais e humanas.

## **O paradigma crítico**

Pudemos, noutros lugares (SARMENTO, 2008 e 2013), referenciar os diferentes paradigmas que atravessam o campo. Deter-nos-emos brevemente no paradigma crítico.

Assente na tradição sociológica crítica, fundada em várias fontes, o paradigma crítico em estudos da criança assume como objeto a infância considerando-a, simultaneamente, como uma construção histórica, um grupo social oprimido e uma “condição social”, isto é, um grupo social que vive condições especiais de exclusão, em função do poder paternalista e adultocêntrico. Esta ênfase na especificidade das condições sociais de exclusão das crianças, e a análise das relações entre a dominação paternalista e as outras formas de dominação social – de classe, de status, política, de género e cultural – diferencia o paradigma crítico dos outros paradigmas. Como afirma a socióloga crítica britânica Virgínia Morrow:

É importante lembrar que as raízes da investigação sobre os níveis de felicidade e bem-estar [das crianças] relacionam circunstâncias históricas e económicas específicas, e, acima de tudo, a questão especial dos níveis *adultos* de satisfação da vida nos países ricos. As interconexões e interdependências da infância com a adultez necessitam de ser ainda completamente estabelecidas. Poderíamos facilmente olhar para o espelho do mundo adulto e verificar como ele reflete as crianças. Necessitamos também de contextualizar as discussões acerca do bem-estar infantil, compreendendo os constrangimentos e pressões estruturais, políticas e económicas na vida das crianças. [...]. Isto poderá apresentar-nos uma oportunidade para reenfatizar e refocalizar a atenção nos direitos humanos das crianças em vias que incorporem genuinamente os direitos económicos e sociais, para além dos direitos civis e políticos.<sup>3</sup> (MORROW, 2008, p. 51).

A evocação dos direitos da criança aparece no interior do paradigma crítico não como o referente final de uma infância liberta da opressão paternalista, mas como um indicador, continuamente atualizado e sob vigilância teórica e empírica, das condições de progresso da cidadania e bem-estar das crianças, enquanto expressão de cidadania e bem-estar social plenos. Mas essa evocação coloca claramente a pesquisa crítica em estudos da criança no cerne das implicações políticas e sociais do conhecimento produzido sobre e com as crianças. Desta forma, os temas privilegiados são a dominação política, social e cultural da infância, além da patriarcal e de género, os maus-tratos, as políticas públicas, os movimentos sociais, as relações das crianças com as cidades, o urbanismo e as políticas urbanas, a pobreza infantil, o trabalho infantil e, de forma genérica, as condições de exercício da cidadania infantil. Como orientação metodológica, a pesquisa assente no paradigma crítico estabelece a vinculação do trabalho investigativo e analítico a formas de

intervenção e exprime-se com frequência em estudos de investigação-ação ou de investigação participativa com crianças.

A caracterização que fizemos do paradigma crítico não invalida que as pesquisas concretas incorporem elementos epistemológicos e temáticos mais comuns noutros paradigmas. Por exemplo, o estudo das culturas infantis não é de todo indiferente a uma abordagem crítica, considerando que as produções simbólicas e culturais das crianças especificam os seus modos próprios de apropriação do real e de monitorização reflexiva da ação. Reconhecemos, todavia, que as culturas infantis têm sido desenvolvidas, enquanto constructo teórico e enquanto objeto empírico por autores que mais facilmente situaríamos numa perspetiva interpretativa (e.g. CORSARO, 2003; DELALANDE, 2001), desconectados de qualquer preocupação direta na desconstrução e crítica dos processos de opressão social da infância. Uma abordagem crítica das culturas infantis não deixará de focar os modos como as desigualdades sociais se exprimem, também, nos processos infantis de simbolização e de ação<sup>4</sup>. A produção científica, também no campo dos estudos da criança é, frequentemente, pluriparadigmática.

### **Um pólo lusófono nos estudos da criança?**

O desenvolvimento do campo de estudos não é indiferente ao contexto social e cultural do seu trabalho teórico e empírico e tampouco é indiferente à tradição teórica do seu espaço cultural e linguístico.

Num balanço sobre a produção científica em estudos da criança, especialmente focado sobre o desenvolvimento da sociologia da infância, Regine Sirota foca o campo do que designa por “polo lusófono”, a quem atribui características específicas no desenvolvimento teórico nesta área de desenvolvimento, por comparação com outros países, tradições teóricas e espaços linguísticos.

Diz a autora:

O polo lusófono é um dos raros campos que traduz e publica tanto textos de origem francófona como anglófona, conjugando referências dos três espaços linguísticos [...]. Além disso, um ponto muito particular e intenso existe através de congressos lusófonos que reúnem investigadores brasileiros e portugueses.

Entretanto, os regimes de visibilidade atribuídos à infância são bastante específicos, devidos aos contextos sociopolíticos particulares destes países. A figura da criança pobre é dominante, como componente estrutural das desigualdades sociais, e a defesa de uma causa pela infância é particularmente importante.

Saídos de regimes ditatoriais, emergência dos BRIC, evolução rápida das legislações, investimento em políticas de desenvolvimento particularmente dedicados à infância, reconhecimento da Convenção sobre os Direitos da Criança, tanto em termos de investigação como de políticas sociais vão assumir grande importância.



Uma situação da infância, frequentemente considerada como crítica e como problema social, impulsionou uma atenção particular à exclusão da infância e das crianças, dos meninos de rua ao trabalho infantil. Uma articulação entre a sociologia interpretativa e a sociologia crítica construiu-se articulando-se tanto à infância como categoria social minoritária como à criança ator social, sujeito de direitos. Tudo isto, abrindo-se à pluralidade das ciências sociais. (SIROTA, 2012, p. 10)

A abordagem da socióloga francesa incide, à semelhança do que faz para na sua análise para outros campos científicos, no espaço linguístico comum a Portugal e ao Brasil (não obstante se verificarem importantes variantes que diferenciam o português europeu do português brasileiro). É uma aposta arriscada, mas que se compreende no quadro da perspetivação linguística que a autora partilha, no âmbito do esforço que a francofonia tem vindo a desenvolver na preservação da autonomia das suas ciências sociais (entre outros domínios) face à globalização hegemónica e ao peso internacional da língua inglesa. A verdade é que nos podemos interrogar acerca da existência de um “polo lusófono”, neste como em qualquer outro domínio. No entanto, é certo que, como a autora assinala, há circunstâncias socio-históricas e condições de funcionamento internos ao campo científico que favorecem a emergência de pontos de convergência na produção científica portuguesa e brasileira. Entre as circunstâncias socio-históricas, para além do passado colonial do Brasil, sendo Portugal o país colonizador, são assinalados três aspetos relevantes: o facto das desigualdades sociais serem elevadas nos dois países (Portugal é um dos países da Europa com maiores desigualdades sociais e o Brasil é um dos países do mundo mais desiguais); o facto de Portugal e Brasil terem saído de regimes ditatoriais na entrada do último quartel do século XX e estarem em processo de consolidação democrática; o facto da legislação sobre direitos da criança ter avançado de modo muito significativo nos dois países nas últimas décadas (apesar de Portugal ter sofrido um forte retrocesso na sequência da crise económica e social, desde 2008 – cf. SARMENTO, FERNANDES e TREVISAN, 2015). Entre os aspetos internos ao campo, avulta o facto de ser bastante assíduo e intenso o contacto científico entre cientistas sociais dos dois países, aproveitando a oportunidade de falarem uma língua comum<sup>5</sup>. Há portanto, no mínimo, uma base comum de diálogo para os estudos da criança em Portugal e no Brasil.

Acrescentaremos ainda dois outros elementos que contribuem substantivamente para esse diálogo e configuram a peculiaridade (de, pelo menos uma parte) dos estudos da criança que comunicam em língua portuguesa. O primeiro, também assinalado por R. Sirota, decorre do facto de, sendo a língua portuguesa minoritária no intercâmbio científico internacional, apesar de ser das línguas mais faladas do planeta, exigir aos cientistas sociais lusófonos o emprego de outras línguas. A influência histórica da língua e cultura francesas foi muito grande em Portugal e no Brasil, sobrepondo-se claramente, até às últimas décadas do século passado, à influência anglófona, sendo as influências espanhola e alemãs residuais. O incremento exponencial da globalização hegemónica tende a impor a língua inglesa como língua universal de comunicação. O casamento disso com a tradição histórica

e cultural impõe um trabalho de tradução entre universos linguísticos distintos, que é realmente pouco usual no universo das ciências sociais e humanas à escala mundial.

Mas acresce um fator determinante e esse tem a ver com a plasticidade da língua portuguesa e com a sua capacidade expressiva. O atraso significativo, numa perspetiva internacional, do desenvolvimento científico em Portugal e no Brasil, especialmente no domínio das ciências humanas e sociais (em Portugal, até abril de 1974, as ciências sociais eram praticamente proibidas e não tinham expressão universitária, salvo as disciplinas que contribuía para a dominação colonial – por exemplo, etnografia e política “ultramarina”), teve como contraponto uma forte expressão literária, que fundou o processo de constituição identitária: Eça de Queiroz e Machado de Assis, Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, contribuíram mais poderosamente para alargar o conhecimento do mundo, a partir da posição particular da sua experiência enquanto portugueses e brasileiros e através da forma plasmada no trabalho da língua, do que quaisquer cientistas ou doutrinadores. No caso do conhecimento sobre as crianças isso é especialmente verdade: durante muito tempo faltou-nos um pensamento científico informado sobre as crianças, mas tivemos o inesgotável e insubstituível poder de fixação imagética dos mundos complexos da infância de um Herberto Helder, de um Ruy Belo ou de uma Sophia de Mello Breyner, de um lado do atlântico, e de um Manuel de Barros, de um Mário Quintana ou de uma Cecília Meireles, do outro lado. A poeticidade da língua quando referida aos mundos da criança, desbravada pelos poetas, criou as condições culturais e linguísticas para o desenvolvimento de um pensamento sobre a infância, que os estudos da criança herdaram como um importante recurso para o seu labor analítico.

### **Uma agenda crítica**

As condições particulares da produção científica em estudos da criança no espaço comunicacional de língua portuguesa tem contribuído para a definição de uma agenda crítica. Consideraremos essa agenda a partir de cinco eixos: o debate sobre a normatividade da infância; a questão das desigualdades sociais; o desafio dos estudos pós-coloniais e o cosmopolitismo infantil; a promoção da cidadania infantil e a intervenção social com crianças, as metodologias de pesquisa com crianças.

Os estudos da criança desenvolveram-se em torno de uma norma ocidental da infância, correspondente à emergência na modernidade e na primeira fase do capitalismo de uma conceção de criança como ser humano em processo de desenvolvimento, socializável, submetida ao *pater potestates*, nascida e criada no interior da família nuclear, constringida à frequência da escola e, progressivamente, interdita no acesso a um conjunto de atividades e práticas sociais: trabalhar, votar e ser eleita, ter relações sexuais, consumir álcool, andar sozinha na rua, sobretudo à noite, ter e movimentar uma conta bancária autónoma, etc. A norma ocidental da infância veio a constituir-se como “norma universal”. De tal modo que as crianças excluídas das condições tidas como “modo natural de ser criança” foram vistas como a exceção, como crianças sem infância, ou como “não crianças”

(MARCHI, 2007). A construção ideológica das “crianças sem infância” é decorrente de um processo de racionalização que entronca na assunção implícita e frequentemente inconsciente do processo de normatização, cujas raízes históricas e sociais são hipostasiadas, e tendem, desse modo a ser reificadas. Como R. Marchi (2007) demonstrou, a produção científica sobre as crianças “fora da norma”, especialmente dos meninos e meninas de rua, é cúmplice da exclusão social das crianças “à margem”, sendo essa cumplicidade decorrente da recusa em desconstruir a norma ocidental da infância moderna.

Em contextos sociais cujos pressupostos de realização da norma ocidental da infância não são garantidos – com processos de escolarização tardios, abandono escolar, modelos de organização familiar diferenciados da “família nuclear” e, sobretudo, com condições sociais marcadas pela exclusão e pela negação dos direitos – estudar as crianças para além da norma ocidental, desconstruir as suas origens históricas e sociais e descortinar outros processos de normatização constitui uma tarefa indispensável de um programa crítico. Trata-se de identificar as normatividades diferenciadas que, em cada contexto e em cada momento, estabelecem o lugar social da infância e produzem as condições de subjetivação de cada criança, independentemente da sua sujeição à norma tida como universal. A criança não deixa de o ser por viver “à margem” da norma: as suas necessidades, os seus modos de apreensão e simbolização do mundo, a sua cultura permanecem inevitavelmente infantis, nas condições em que essa condição infantil se exprime. Esta é a razão por que uma abordagem crítica em estudos da criança (e, muito especialmente, uma abordagem crítica em sociologia da infância) necessita de priorizar o estudo das crianças à margem da “norma”: meninos de rua; crianças ciganas; crianças quilombolas; trabalhadores infantis; crianças indígenas (SARMENTO e MARCHI, 2008).

O estudo da multiplicidade de normatividades da infância entronca diretamente nas questões da desigualdade social e na diferença cultural. As desigualdades sociais na infância constituem-se como objeto de conhecimento científico desde há muito. O que uma perspectiva crítica introduz no debate é a recuperação do ponto de vista das crianças para a análise das desigualdades. Assumindo as crianças como atores sociais plenos, a mobilização das opiniões das crianças no trabalho analítico sobre as desigualdades permite ampliar o conhecimento não apenas sobre as crianças, as suas experiências e representações, mas sobre a realidade social mais ampla. O ponto de vista particular das crianças não é complementar ou adjacente à racionalização da vida social, mas é dela parte integrante. Neste âmbito, o conhecimento da pobreza infantil a partir das experiências infantis (SARMENTO, FERNANDES e TREVISAN, 2015) ou o conhecimento do trabalho infantil tomando por base a narração da experiência das crianças trabalhadoras (e.g. SARMENTO, BANDEIRA e DORES, 2000; SILVA, 2003), ou ainda identificar a produção cultural dos meninos de rua, tomando por base material as suas próprias vivências (SANTANA, 2008) assume-se como um contributo fundamental para compreender e interpretar fenómenos sociais que, de outro modo, ficariam parcialmente ocultos nas tramas que estabelecem entre as determinantes estruturais, as representações e as práticas dos atores e as suas implicações na configuração do espaço social.

O estudo das desigualdades coloca diretamente em cena a questão dos direitos da

criança. Objeto de intensa teorização e de controvérsia teórica na sua definição, no seu impacto real e na função social que serve (e.g. FRANKLIN, 2002), a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela ONU, em 1989, constitui um referencial que tem sido assumido pelos movimentos e organizações que atuam junto dos mundos sociais das crianças como um instrumento de sustentação da criança enquanto sujeito de direitos e cidadão pleno. Um alargado consenso está estabelecido acerca do incumprimento, da incompletude e da insatisfação com a aplicação da totalidade da promessa contida neste documento legal amplamente reconhecido em todo o mundo (constitui mesmo o diploma legal internacional mais amplamente assumido, através de ratificação parlamentar ou governamental pelos diferentes países). Apesar da Convenção ser ela própria insatisfatória em vários aspetos (designadamente no que respeita aos direitos ambientais, à proteção face à indústria e ao poder económico das patentes de medicamentos e de jogos, à relativa pouca precisão dos direitos participativos) e apesar, mesmo, de ela não ser imune à influência da norma ocidental de criança, ela constitui um marco que potencia um horizonte de referência para a causa da emancipação das crianças, no quadro mais geral da emancipação social. Uma perspetiva crítica dos direitos da criança não pode deixar de reconhecer o seu potencial, tanto quanto as suas limitações, identificando os modos como as crianças dela se apropriam para melhor esclarecer as condições da produção de políticas promotoras do bem-estar e da cidadania infantil. Em especial, o debate crítico sobre as potencialidades dos direitos participativos das crianças afirma-se como decisivo para o desenvolvimento de uma condição social da infância mais liberta da dominação paternalista (FERNANDES, 2009).

O desafio dos estudos pós-coloniais e o cosmopolitismo infantil são outro eixo de uma agenda crítica dos estudos da criança. A natureza histórica da relação colonial entre Portugal e Brasil coloca desafios específicos ao (re)conhecimento do outro, para além de qualquer preconceito lusotropicalista... Mas, sobretudo, os estudos pós-coloniais recolocam, agora sob novos termos, a questão, já referenciada, da normatividade da infância. A abertura dos estudos da criança para uma normatividade múltipla, diversa, complexa e contraditória, por estranho que possa parecer, está longe de constituir uma tarefa assumida consensualmente dentro do campo. Ainda recentemente, uma investigadora especialmente atenta aos estudos da criança nos países periféricos ou semi-periféricos<sup>6</sup> interrogava de forma retórica “será que há uma infância Indiana?” (NIEUWENHUYS, 2009). A autora interrogava a dimensão normativa da infância daquele país asiático tão largamente caracterizada, sobretudo na imprensa ocidental, pela prevalência do trabalho infantil, da pobreza extrema, da prostituição de crianças e dos meninos de rua. Conclui a autora que a análise da condição infantil na Índia deve estar atenta às condições particulares de configuração da infância naquela região do globo, as quais devem ser lidas à luz das relações de colonização, mas, mais importante do que isso, adianta que a análise da diferença dos processos sociais e históricos de produção da infância deve servir para, num movimento reflexo, “em contraponto às nossas próprias histórias e culturas, aprendermos a como resgatar as nossas próprias crianças da infância moderna” (NIEUWENHUYS, 2009, p. 152). Desenha-se, neste projeto, a procura de uma dupla alteridade: da criança face ao

adulto e da infância não ocidental face à infância dos países centrais. Neste processo, a identificação com o outro promove o sentir na pele a realidade de outra pele, na miscigenação cultural em que se aprende também o outro para si. Uma infância-outra, corresponde a outras normatividades de infância, mas também outros processos de desenvolvimento infantil e outras culturas da infância...

Neste âmbito, o estudo das práticas lúdicas das crianças dos países que escapam, pela sua posição geográfica ou pela sua pobreza à dominação da indústria cultural global para as crianças, às práticas de consumo desenfreado e à colonização do imaginário pelos jogos eletrónicos, confrontam-se com formas de acesso a culturas infantis marcadas por vetores de inventividade, criatividade, ligação à natureza e sentido de improviso que desafiam o conceito universalizado de criança global (cf. BARRA, 2014). Do mesmo modo, o estudo das práticas de solidariedade primária das crianças no contexto de relações no espaço doméstico ou de vizinhança, as atividades de ajuda familiar, a guarda de irmãos e o contributo na gestão dos quotidianos, especialmente visíveis nos bairros populares dos países periféricos, reorientam os estudos da criança para a desconstrução de conceitos como o da separação entre o brincar e o trabalhar, o da hierarquia das posições familiares entre adultos e crianças e o da posição subalterna das crianças na vida comunitária (cf. COLONNA, 2012).

Emerge deste trabalho de desconstrução das conceções ocidentocêntricas a possibilidade de um trabalho de fundamentação de uma visão alternativa da infância, mais atenta à diferença, mais complexa e multimoda e, por isso mesmo, mais universal. Também para isso contribui a reversão reflexa das práticas sociais de crianças de outros contextos sobre as crianças da “norma”. O que se encontra aqui em causa é a possibilidade crítica da geração de uma perspetiva cosmopolítica dos estudos sociais da infância, e de sustentação do cosmopolitismo infantil (TOMÁS, 2011) como vetor de uma consciência da alteridade e da convivência intercultural, numa perspetiva emancipada de todos os poderes (neo)coloniais.

O conhecimento participa da transformação social e constitui-se enquanto forma de reflexividade e ação social. O impacto do conhecimento na realidade não é de todo indiferente a uma abordagem crítica nos estudos da criança, mas, pelo contrário, é constitutivo do seu próprio programa teórico e epistemológico.

Nesse sentido, assume especial relevância o estudo das crianças em contexto institucional, sejam as instituições totais, designadamente os lares e centros de acolhimento de crianças, sejam as escolas. A escuta da voz das crianças institucionalizadas (FERNANDES, 2009) constitui-se como a possibilidade da afirmação de direitos participativos num universo institucional fortemente constritor e que, de outro modo, se apresenta como lugar de vitimação de crianças que já foram vítimas de maus-tratos, negligência e ou abandono. A intervenção transformadora, sustentada no conhecimento, tem um desígnio desinstitucionalizador, que é inerente à reconfiguração da condição da criança como sujeito de direitos.

A análise do programa moderno de institucionalização da infância, num contexto de declínio das instituições (DUBET, 2002) tem na escola o seu locus por excelência. A

análise do “ofício de aluno” e dos processos de reinstitucionalização da infância (SARMENTO, 2011b) em plena fase do capitalismo avançado e de crise da escola, permite sublinhar as transformações e mudanças que a infância e a escola vêm experimentando, em mútua influência, e por efeito da tecnologização dos quotidianos infantis e do impacto da indústria cultural sobre os seus quotidianos e sobre os processos de comunicação e disseminação de saberes. A análise da pilotagem política da crise e da transformação da escola e da condição do aluno, desde a educação de infância (VILARINHO, 2012), não invalida, antes promove o estudo das formas de ação social e participação das crianças em contexto educacional, desde os bebés (COUTINHO, 2010) aos alunos da educação básica (SARMENTO, ABRUNHOSA e FERNANDES, 2005), através das quais se podem encontrar formas de reinvenção das instituições educativas, enquanto lugares de vida das crianças, campo de possibilidades cognitivas e culturais e espaços de afirmação da cidadania.

Finalmente, no âmbito deste eixo da implicação do conhecimento na transformação social importa ainda focar os estudos que se debruçam sobre a criança na cidade. A criança foi objeto de afastamento do espaço público e isso exprimiou-se no confinamento do espaço urbano e na reserva das crianças a áreas insularizadas (a casa, a escola, o lugar de recreio), sem presença na rua e nas praças. É certo que isso é especialmente válido se considerarmos as crianças de classe média, mas é um facto que as cidades, automobilizadas, poluídas, perigosas, se tornaram hostis para as crianças. Neste âmbito, a geração de movimentos como o das “cidades amigas das crianças”, promovido pela UNICEF, ou outros gerados e desenvolvidos por ONG, colocaram na agenda, um pouco por todo o lado, a necessidade de reconfigurar as políticas urbanas, considerando o interesse de a mobilização das crianças. A promoção da participação infantil contribui para a recomposição do espaço público, para a afirmação das crianças na cultura da cidade, através, nomeadamente de novas formulações dos serviços educativos e dos equipamentos culturais, e para a definição de novas prioridades ambientais, nas políticas de mobilidade e acessibilidade, na sinalética e mobiliário urbano, nos equipamentos e na programação das atividades desportivas, de lazer e educacionais no espaço urbano. Com a participação infantil na vida da cidade o que está em causa é a reversão da figura da criança excluída da cidade à criança cidadã: ator social dotado de ação influente, com competências políticas não redutíveis às formas liberais de representação, em contextos favoráveis de expressão, comunicação e tomada de decisão (TREVISAN, 2014).

O último eixo da agenda crítica dos estudos da criança que sinalizamos diz respeito às metodologias de investigação e à transmutação da figura da criança-objeto de pesquisa na figura da criança (co)pesquisadora. O desenvolvimento das metodologias de pesquisa participativa com crianças, corresponde, numa abordagem crítica dos estudos da criança, à recusa da redução a um papel passivo das crianças na construção do conhecimento. As crianças tomam posição sobre o modo de aceder a informação, especialmente quando são elas quem transmite a informação. Ainda que nem todos os papeis do pesquisador possam ou devam ser assumidos pelas crianças (não se imagina as crianças a fazer a revisão da literatura, a proceder à análise de dados ou a elaborar o relatório de pesquisa) elas

contribuem poderosamente para aceder a informação, conduzindo, em diálogo com o pesquisador as suas próprias formas de recolha de informação. Em alguns casos, apenas as investigações participativas com crianças permitem aceder a aspetos da vida das crianças que são ocultos e que, com elas, podem ser comunicados.<sup>7</sup> Certamente que as metodologias participativas supõem uma crítica às metodologias tradicionais, nomeadamente aos inquéritos por questionário, aos testes e escalas de avaliação. A projeção do olhar adulto sobre as crianças na configuração das questões e na produção dos itens dos instrumentos, é uma expressão de etnocentrismo geracional metodológico (FERREIRA e SARMENTO, 2008), inviabiliza a compreensão das opiniões das crianças e é desatenta das suas formas. Ora, as formas não são nunca independentes do conteúdo do que se comunica.

Por isso mesmo, também uma abordagem crítica dos direitos da criança não pode deixar de considerar as vozes múltiplas das crianças que falam com o corpo, com o movimento, com os desenhos que elaboram. A análise dos desenhos infantis e o recurso a metodologias visuais (SARMENTO, 2011a e 2014) constituem caminhos de pesquisa que não são dispensáveis.

Finalmente, uma abordagem crítica dos estudos da criança é rigorosamente ética nos seus procedimentos e no respeito pelo melhor interesse da criança (cf. SOARES, SARMENTO e TOMÁS, 2005; DELGADO e MULLER, 2005).

## **Conclusão**

O paradigma crítico dentro dos estudos da criança afirma-se como tendo um forte potencial para a construção de um conhecimento socialmente implicado na emancipação da infância, como parte de um processo mais geral de emancipação social. O caminho percorrido pela pesquisa apresenta significativos contributos para o desenvolvimento de uma agenda crítica em estudos da criança. Sinalizamos no breve balanço feito os produtos de várias pesquisas realizadas através do diálogo contínuo entre pesquisadores portugueses e brasileiros que partilham a mesma visão crítica. Noutros contextos, outras pesquisas realizadas poderiam ser também igualmente assinaladas. Mas as condições particulares da produção científica em estudos da criança em Portugal e no Brasil tornam premente a necessidade de se sublinhar a promessa de uma orientação crítica para o conhecimento da infância e das crianças e para a fundamentação de um projeto de transformação social que assume as crianças como participantes ativos. Ao mesmo tempo, é possível vislumbrar-se quanto falta fazer na consolidação do campo dos estudos da criança e no desenvolvimento da pesquisa crítica, no quadro de mudança e transformação da realidade social contemporânea e do estatuto social da infância.

No retrato que fazemos do nosso trabalho reconhecemos os sinais do que está percorrido e do que nos é ausente, ou longínquo. Mas também nos identificamos com o sentido desta loucura com que o poeta, no seu peculiar trabalho de modulação de um conhecimento sensível do mundo através da linguagem, se auto-designa: o da reinvenção de nós próprios e do mundo, na busca do que um dia existirá e se esboça no desenho da

criança:

No retrato que me faço  
- traço a traço -  
às vezes me pinto nuvem,  
às vezes me pinto árvore...  
às vezes me pinto coisas  
de que nem há mais lembrança...  
ou coisas que não existem  
mas que um dia existirão...  
e, desta lida, em que busco  
- pouco a pouco -  
minha eterna semelhança,  
no final, que restará?  
Um desenho de criança...  
Terminado por um louco!

Mário Quintana

### Notas

- <sup>1</sup> A título de exemplo, enumeram-se algumas organizações ou departamentos universitários de todo o mundo que assumem os estudos da criança por objeto: Department of Childhood Studies, Rutgers University–Camden, USA; Childhood, Families and Health Institute of Education, University of London, Reino Unido; Norwegian Centre for Child Research (NOSEB), Noruega; Australian Institute of Early Childhood Studies, Austrália; Innocenti Research Centre, Unicef, Firenze, Itália; Institute for Early Childhood Studies . Vitoria, Nova Zelândia; Centre de recherche sur l'enfance et la famille (CREF), Univ. McGill, Canada; L'Institut de l'Enfant (Université Populaire Jacques Lacan), Paris, França; Centre Interdisciplinaire des Droits de l'Enfant, Louvain, Bélgica ; Grupo de Estudios sobre Infancia, Adolescencia y Juventud, Universidad de Buenos Aires, Argentina; Programa de Investigación sobre Infancia de la Universidad Autónoma Metropolitana, México; Infância, adolescência, els drets dels infants i la seva qualitat de vida (ERIDIQV) Universidade de Girona, Espanha; Child Research Net, Japão; Center for Child Development (CCD), Honk Kong Baptist University, China; Child Institute at Al-Quds University, Palestina.
- <sup>2</sup> Identificamos apenas os seguintes departamentos constituídos nos dois países: Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal, onde existe o Mestrado e o programa de Doutoramento em Estudos da Criança; o Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre a Infancia. da PUC-RIO, e o Núcleo de Estudos da Infância : Pesquisa & Extensão, da UERJ, no Brasil.
- <sup>3</sup> Tradução nossa.
- <sup>4</sup> Para uma abordagem crítica das culturas infantis e a sua relação com desigualdades sociais, ver, por exemplo, a pesquisa de Arenhardt (2012)
- <sup>5</sup> A este propósito, é importante referir a oportunidade de participação de investigadores dos dois países em congressos no domínio dos estudos da criança, pelo menos desde o Congresso Internacional “Mundos Sociais e Culturais da Criança”, que se realizou em Braga em janeiro de 2000, passando pelos 2 simpósios luso-brasileiros em estudos da Criança, realizados, respetivamente, em Braga em 20012 e em Porto Alegre em 2014, e ainda, no alargamento do espaço comunicacional a todos os países de expressão portuguesa, os colóquios temáticos sobre crianças dos países de língua oficial portuguesa que se realizaram em Maringá e Cabo Verde em 2012 e 2014, respetivamente, entre tantos outros eventos e reuniões científicas.
- <sup>6</sup> Assumimos aqui, sem os discutir, os conceitos de E. Wallerstein (1990) na sua análise do sistema-mundo, onde divide as regiões geoestratégicas do globo em países centrais, periféricos e semiperiféricos.
- <sup>7</sup> É o caso da pesquisa participativa com crianças em situação de rua, realizada por Juliana Santana em Salvador, na qual



a expressão artística e cultural das crianças (com fotografia, cinema, teatro, poesia e música rap), por elas planeada, conduzida e realizada permitiu o acesso aos lados menos detetados pela pesquisa tradicional sobre as suas representações e as práticas sociais (cf. Santana, 2009).

## **Bibliografia**

- Alderson, Priscilla (2013), *Childhoods Real and Imagined*. London, Routledge.
- Arenhardt, Deise (2012). *Entre a favela e o castelo: Efeitos de geração e classe social em culturas infantis*. Niterói, UFF, Tese de Doutorado em Educação (polic.)
- Ariés, Philippe (1973). *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris. Seuil.
- Arleo, Andy & Delalande, Julie (2010). *Culture Enfantine: Universalité et Diversité*. Rennes Presses Universitaires de Rennes.
- Barra, Sandra Marlene (2014). “Brincadeiras do meio do mundo: uma infância globalizada?” *In* Moisés de Lemos Martins, Rosa Cabecinhas, Lurdes Macedo & Isabel Macedo (eds.), *Interfaces da Lusofonia*. Braga, Universidade do Minho – CICS: 318-338.
- Burman, Erica (1994). *Deconstructing Development Psychology*. New York. Plenum
- Christensen, Pia & James, Allison (ed.) (2006) *Investigação com Crianças – Perspectivas e Práticas*. Porto. ESE Paula Frassinetti
- Christensen, Pia & Prout, Alan (2002), Working With Ethical Symmetry In Social Research With Children, *Childhood*, Vol. 9(4): 477-497.
- Colonna, Elena (2012). “*Eu é que fico com a minha irmã*” : *vida quotidiana das crianças na periferia de Maputo*. Braga. Universidade do Minho. Tese de doutoramento em Estudos da Criança – Sociologia da Infância <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20793>
- Corsaro, William A. (2003). *We're Friends, Right? Inside Kid's Culture*. Washington. Joseph Henry Press
- Coutinho, Ângela Scalabrin (2010). *A ação social dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche*. Braga. Universidade do Minho. Tese de doutoramento em estudos da Criança – Sociologia da Infância <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11336>
- Delalande, Julie (2001). *La Cour de la Récréation. Contribution à une anthropologie de l'enfance*. Rennes. Presses Universitaires de Rennes.
- Delgado, Ana Cristina Coll & Muller, Fernanda (2005) Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 125: 161-179
- Dornelles, Leni (2006) (org.) *Produzindo Pedagogias Interculturais na Infância*. Petrópolis. Vozes
- Dubet, François (2002). *Le Déclin de L'Institution*. Paris: Seuil.
- Fernandes, Florestan (2004). *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo*. São Paulo, Martins Fontes.
- Fernandes, Natália (2009). *Infância, Direitos e Poder. Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, Manuela & Sarmento, Manuel Jacinto (2008). Subjectividade e bem-estar das crianças: (In)visibilidade e voz. *Revista Eletrônica de Educação – Revista Bilingue do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de S. Carlos*, 28(2).
- Franklin, Bob (Ed.) (2002). *The New Handbook of Children's Rights. Comparative Policy and Practice*. London. Routledge.
- Graue, M. Elizabeth & Walsh, Daniel J. (2003). *Investigação Etnográfica com Crianças: Teorias, Métodos e Ética* Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- James, Allison & James, Adrian (2008). *Key Concepts in Childhood Studies*. London. Sage

- James, Allison; Jenks, Chris & Prout, Alan (1998). *Theorizing Childhood*. Cambridge. Polity Press.
- Marchi, Rita de C. (2007). *Os Sentidos (paradoxais) da Infância nas Ciências Sociais: uma abordagem da Sociologia da Infância sobre a “não-criança” no Brasil*. Florianópolis, PPGSP/UFSC. Tese de Doutorado em Sociologia (polic.)
- Mead, Margaret (1970). *O Conflito de Gerações*. Lisboa. Publicações D. Quixote (trad.)
- Morrow, Virginia (2008). Ethical Dilemmas in Research with Children and Young People about their social environments. *Children Geographies*, 6.1: 49-61
- Prout, Alan (2005) *The Future of Childhood*. London, Routledge Falmer
- Qvortrup, Jans, Corsaro, William A. & Honig, Michael-S. (eds.) (2009). *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. Houndmills/New York: Palgrave Macmillan
- Qvortrup, Jens (1991). *Childhood as a Social Phenomenon - An Introduction to a Series of National Reports*. Eurosociological - Report 36/1991. Vienne European Centre
- Santana, Juliana Prates (2008). *Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida : uma investigação participativa com crianças em situação de rua*. Braga. Universidade do Minho. Tese de doutoramento em estudos da Criança – Sociologia da Infância <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8162>
- Sarmento, Manuel Jacinto (2008). “Sociologia da Infância: Correntes e Confluências”, in Sarmento, Manuel Jacinto e Gouvêa, Maria Cristina Soares de (org.) (2008). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes: 17-39.
- Sarmento, Manuel Jacinto (2011a). “Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas”, in A.J. Martins Filho & P.D. Prado (orgs), *Das Pesquisas com Crianças à Complexidade da Infância*. Campinas, Autores Associados: 27-60
- Sarmento, Manuel Jacinto (2011b). A reinvenção do ofício de criança e de aluno. *Atos de Pesquisa em Educação*, vol. 6 nº3: 581-602.
- Sarmento, Manuel Jacinto (2013). A Sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos, in R. Teodora & M. Garanhani, (Org), *Sociologia da Infância e a Formação de Professores*, Curitiba. Champagnat Editora
- Sarmento, Manuel Jacinto (2014). “Metodologias Visuais em Ciências Sociais”, In L. L. Torres & J.A. Palhares (org), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação* V.N.Famalicão, Húmus: 197-218
- Sarmento, Manuel Jacinto e Gouvêa, Maria Cristina Soares de (org.) (2008). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes
- Sarmento, Manuel Jacinto e Marchi, Rita de Cássia (2008) Radicalização da infância na segunda modernidade. Para uma Sociologia da Infância crítica, *Configurações*, Revista do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, nº 4: 91-113.
- Sarmento, Manuel Jacinto, Bandeira, Alexandra e Dores, Raquel (2000). *Trabalho Domiciliário Infantil: Um estudo de Caso no Vale do Ave*. Lisboa. Programa para a Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil.
- Sarmento, Manuel Jacinto, Fernandes, Natália; Trevisan, Gabriela (2015) “A Redefinição das Condições Estruturais da Infância e a Crise Económica em Portugal”, in F. Diogo (org) *Pobreza em Portugal: contextos, transformações e estudos*. V.N.Famalicão, Húmus. (no prelo).
- Sarmento, Manuel Jacinto; Abrunhosa, Albertina; e Fernandes, Natália (2005). Participação Infantil na Organização Escolar. *Administração Educacional*, nº 5: 73-88.
- Silva, Maurício Roberto da (2003). *Trama Doce-Amarga: (Exploração do) Trabalho Infantil e Cultura Lúdica*. São Paulo, 2003. Editora HUCITEC
- Sirota, Regine (2012), L'enfance au regard des Sciences sociales, *AnthropoChildren* janvier 2012 / Issue 1 <http://popups.ulg.ac.be/AnthropoChildren/document.php?id=921>

- Soares, Natália Fernandes; Sarmiento, Manuel Jacinto; e Tomás, Natália (2005). Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Nuances: estudos sobre educação* – ano XI, v. 12, n. 13: 49-64
- Tomás, Catarina Almeida (2011). *Há muitos mundos no mundo... Cosmopolitismo, Participação e Direitos das Crianças*. Porto. Afrontamento.
- Trevisan, Gabriela Pina (2014). *"Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós". Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codificação das crianças na escola e na cidade.*" Braga, Universidade do Minho. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança – Sociologia da Infância.
- Tysdall, Kay; Davis, John; Hill, Malcolm & Prout, Alan (2006). *Children, Young People and Social Inclusion. Participation for What?*. Bristol. Policy Press
- Vilarinho, Emília (2012). "As Políticas de Educação Pré-escolar e as parcerias entre o Estado e o Terceiro Sector", in *Configurações*, vol 10: 109-122
- Wallerstein, Emmanuel (1990). *O Sistema Mundial Moderno*. Porto. Afrontamento.
- Wyness, Michael (2014). *Childhood*. London. Polity Press.

### ***Correspondência***

**Manuel Jacinto Sarmiento:** Professor titular do Instituto de Estudos da Criança (IEC), da Universidade do Minho, Portugal e no Mestrado em Sociologia da Infância.

**Email:** sarmiento@ie.uminho.pt

---

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização do autor.

---